

APOIO PEDAGÓGICO DO NUAAD: UM OLHAR SOBRE A MONITORIA NO CURSO DE DIREITO

LICIÊ IASMIN HENCKER SCOLARI¹; REJANE BACHINI JOUGLARD²;

¹*Universidade Federal de Pelotas — licie.scolari@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas — rbjouglard@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior para os povos originários foi, até o final da década de 90, considerado irrelevante para as agendas governamentais no campo educacional. No entanto, com a implementação de ações afirmativas e a luta contra as desigualdades sociais, especialmente nas universidades, essa questão emergiu nos debates sociais (PEREIRA; SOUZA, 2018, p. 197).

Do mesmo modo, a implementação das ações afirmativas voltadas para estudantes quilombolas é resultado de uma longa luta contra o racismo estrutural e do reconhecimento dos quilombos no Brasil. Neste sentido, como afirmado por Carril (2017, p. 539), “O reconhecimento legal dos quilombos no Brasil representa um marco histórico na visibilidade das diferenças étnicas e culturais da sociedade”, assim, tal visibilidade estendeu-se para os debates no campo educacional, pautando a necessidade do ingresso de quilombolas.

Neste contexto, diversas instituições de ensino superior têm promovido ações para auxiliar no ingresso e na permanência de estudantes indígenas e quilombolas. A Universidade Federal de Pelotas, por exemplo, desde 2015, promove o ingresso desses estudantes por meio do Processo Seletivo Especial (PSE), resolução n.º 15/2015, aprovada pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da UFPEL (COCEPE). Nesta oportunidade, foram ofertadas dez vagas específicas, destinadas a estudantes provenientes de comunidades indígenas e quilombolas, iniciativa promovida por várias universidades federais. O processo foi construído juntamente com as lideranças indígenas, dessa forma, os estudantes indígenas estão amparados também pela Lei n.º 12.711/12, que instituiu as cotas étnico-raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Alinhado a essa iniciativa, em 23 de junho de 2017, a Resolução n. 06 criou o Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade da Universidade Federal de Pelotas (NUAAD). O NUAAD tem a missão de acolher, orientar e acompanhar os estudantes cotistas, desenvolvendo projetos e ações em colaboração com as diferentes pró-reitorias, unidades acadêmicas e coordenações de cursos, visando garantir o acesso, a permanência e o reconhecimento da diversidade na UFPEL (UFPEL, 2017, S/N).

O NUAAD é dos três núcleos que compõem o setor de Coordenação de Diversidade e Inclusão (CODIN) da UFPEL. Sendo o responsável pelo estabelecimento de políticas, diretrizes e práticas para a consolidação da Política de Cotas, instituída pela Lei n. 12.711 de 2012, e pelo acompanhamento de Processo Seletivo Especial, e consequentemente, pelo ingresso e permanência dos estudantes negros e negras, pardos, indígenas e quilombolas da UFPEL. Esse núcleo promove atividades educativas, informativas e de integração entre as unidades acadêmicas, dentro e fora da universidade, dando visibilidade às populações indígenas, negras e quilombolas, bem como às lideranças comunitárias das quais esses estudantes provêm.

No entanto, a realidade revela altas taxas de reprovação entre os estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior, assim, para enfrentar esse desafio, a UFPel desenvolveu um conjunto de ações pedagógicas de apoio os estudantes indígenas e quilombolas, destacando-se o programa de monitoria. Esse programa visa reforçar o ensino dos discentes, sendo constituído por estudantes dos cursos, oferecendo suporte acadêmico aos matriculados.

Os estudantes monitores têm diversas responsabilidades, incluindo a disponibilidade de 20 horas semanais para acompanhar os estudantes, apoio para superar dificuldades acadêmicas, tanto na forma presencial quanto remota, auxílio nas disciplinas do curso e no uso de equipamentos, programas e ferramentas de informática. Além disso, os monitores auxiliam os estudantes a se adaptarem à vida acadêmica e à cidade de Pelotas, respeitando e reconhecendo sua identidade étnica, além de encaminhá-los para atividades de apoio pedagógico relacionadas a necessidades específicas de aprendizado. Ainda, incumbe aos monitores elaborar um plano de trabalho, produzir relatórios mensais detalhados sobre as atividades realizadas e participar de atividades de formação promovidas pelo NUAAD, CODIN e coletivos indígenas e quilombolas (UFPel, 2023, S/N).

Neste contexto, é importante destacar que o curso de direito da UFPel conta, em 2023, com sete estudantes (três indígenas e quatro quilombolas) distribuídos pelos seis anos de formação da graduação. É um dos cursos da universidade onde a monitoria é oferecida para as disciplinas cursadas por estes estudantes na grade curricular.

Tais ações pedagógicas, objetivam a orientação constante, através do apoio da monitoria e do NUAAD, visando ser um importante instrumento de fortalecimento do acesso e da permanência desses estudantes no ambiente universitário, bem como contribuindo para a promoção da diversidade e inclusão na UFPel.

2. METODOLOGIA

No contexto da monitoria realizada no ano letivo de 2023 no curso de Direito da UFPel, a metodologia adotada foi desenvolvida com o acompanhamento da pedagoga responsável pelas atividades pedagógicas do NUAAD e orientada pela necessidade de apoiar os estudantes indígenas e quilombolas aos anos letivos de 1º, 2º, 3º, 4º e 6º do curso. Essa abordagem abrangeu desde disciplinas introdutórias até o acompanhamento do trabalho de conclusão de curso do último ano.

Para alcançar os objetivos da monitoria, foram desenvolvidos métodos de ensino diversos. Isso inclui atividades como leitura dirigida, escrita, elaboração e resolução de questões, criação de mapas mentais, elaboração de resumos e fichamentos de textos, entre outros. Essas estratégias visaram a retomada do conteúdo administrado pelos docentes em sala de aula sob uma perspectiva diferenciada, centrada nas dificuldades específicas dos estudantes, que variam pela sua faixa etária, formação do ensino médio, tempo afastado do ambiente acadêmico, entre outros. A ideia era proporcionar uma reinterpretação do material, considerando e superando as barreiras individuais dos alunos.

A participação ativa dos estudantes ocorreu por meio de monitorias previamente agendadas, de forma individualizada ou coletivamente, conforme o ano letivo em curso. Além de abordar os conteúdos acadêmicos, as sessões de monitoria visaram fornecer como espaço para troca de conhecimentos além dos

vistos em sala de aula, mediante diálogos sobre a vida acadêmica, o funcionamento da universidade e do curso de Direito, bem como sobre a vida na cidade de Pelotas/RS.

Por fim, a manutenção de um cronograma de estudos, uma abordagem dos métodos de estudo e periodicidades, juntamente a uma rotina de estudos autônomos e organização de horários, disciplinas e avaliações, foi uma das ferramentas utilizadas garantir o acompanhamento contínuo do progresso acadêmico dos alunos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do período letivo de 2023, houve o acompanhamento dos sete estudantes, ocorrendo a realização de sessões de monitoria com quatro desses estudantes (três indígenas e um quilombola). As atividades de monitoria prevê o cumprimento de 20h semanais, todavia, essa carga horária divide-se em sessões, confecção de materiais, bem como demais contatos entre monitora e estudantes. Ainda, que a principal atividade desenvolvida sejam as sessões de monitoria, não são delimitados horários fixos para estas, ajustando-se a sua realização a partir das demandas e necessidades concretas dos estudantes.

O acompanhamento da monitoria resultou em uma melhora significativa no desempenho acadêmico desses estudantes, refletindo-se no aumento das notas e na procura de auxílio extra com professores e demais monitores. Bem como na participação em outros grupos da universidade (como centro acadêmico e atlética), na elevação da confiança desses estudantes e na autonomia no ambiente universitário. As constantes interações durante as sessões de monitoria propiciaram um espaço de troca de experiências, fortalecendo os laços entre os estudantes e a monitora e contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Além disso, a monitoria desempenhou um papel fundamental na identificação das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas e quilombolas do curso de Direito. Isso permitiu o desenvolvimento de estratégias de ensino personalizadas, que visaram atender as necessidades individuais de cada aluno. A abordagem diversificada, que incluiu métodos distintos de estudo (leitura dirigida, escrita e elaboração de resumos, por exemplo), demonstrou ser eficaz na superação de barreiras acadêmicas, promovendo um aprendizado mais eficiente.

Ademais, o diálogo estabelecido entre os estudantes e a monitora não se limitou apenas a esfera acadêmica. Deste modo, a monitoria também se revelou enquanto um espaço valioso para discutir aspectos da vida universitária, no âmbito interno e externo a instituição. Essas conversas contribuíram para a integração dos estudantes nos diversos aspectos da vida acadêmica, ajudando-os a superar possíveis desafios socioemocionais e a se sentirem parte ativa da comunidade acadêmica.

4. CONCLUSÕES

Ao longo das interações e do trabalho conjunto, demonstrou-se evidente que a monitoria desenvolvida com os estudantes indígenas e quilombolas do curso de Direito da UFPel trouxe um notável avanço para o ambiente acadêmico. A principal contribuição ocorreu na personalização do apoio educacional, adaptando os métodos de ensino às necessidades específicas de cada estudante. Isso

representa um significativo avanço em direção à inclusão e ao fortalecimento da diversidade no ensino superior, pois se reconhece que cada estudante tem um conjunto único de desafios e potencialidades a serem explorados.

Ainda, houve a constituição de um espaço de diálogo aberto e acolhedor, onde os estudantes puderam não apenas buscar auxílio acadêmico, mas também discutir questões relacionadas à vida universitária e às particularidades da comunidade local. Essa abordagem destaca a importância de considerar não apenas o aspecto acadêmico, mas também o contexto geral, e o momento de vida, no qual os estudantes estão inseridos. Compreendendo que o ambiente universitário carrega consigo uma série de implicações além de questões acadêmicas, que incidem em todos os aspectos da vida do estudante.

Por fim, a inovação também se faz presente na promoção de um ambiente mais inclusivo e diversificado no curso de Direito da UFPEL. A monitoria contribui para a construção de uma comunidade acadêmica que reconhece a importância da diversidade étnico e cultural, o que não apenas enriquece a experiência educacional dos estudantes indígenas e quilombolas, mas também beneficia toda a universidade, enriquecendo o ambiente de aprendizado com diferentes perspectivas, experiências e conhecimentos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRIL, L. F. B. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto.** Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 69, abr.-jun. 2017. Acessado em 19 set. 2023. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/L9vwgCcgBY6sF4KwMpdyctfK/?format=pdf&lang=pt>
- PEREIRA, K. S.; SOUZA, R. C. **MONITORIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR NO CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA NA UFT: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.** Revista Humanidades e Inovação v. 5, n. 9, set.-nov. 2018. Acessado em 19 set. 2023. Online. Disponível em: <file:///C:/Users/guilh/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/834-Texto%20do%20artigo-3748-1-10-20181207.pdf>
- UFPEL. **BEM VINDOS(AS) À UFPEL.** Pelotas, abr. 2022. Acessado em 18 set. 2023. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naaf/files/2022/04/SEJAM-BEM-VINDOS-A-UFPEL.pdf>
- UFPEL. **Edital NUAAD nº 01/2023.** Pelotas, fev. 2023. Acessado em 18 set. 2023. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naaf/files/2023/02/Edital1-2023-Monitorias.pdf>
- UFPEL. **RESOLUÇÃO nº 06 DE 23 DE JUNHO DE 2017.** Pelotas, 06 jun. 2017. Acessado em 18 set. 2023. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/Nova-Estrutura.pdf>
- UFPEL. **RESOLUÇÃO nº 15 DE 07 DE MAIO DE 2015.** Pelotas, 07 mai. 2015. Acessado em 18 set. 2023. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2015/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-15.2015.pdf>